

DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PIRATINI/RS

TATIANA PORTO DE SOUZA¹; LICIANE OLIVEIRA DA ROSA²; MAIARA COSTA MORAES³; GIULIA VERRUCK TORTOLA⁴; ÉRICO KUNDE CORRÊA⁵; LUCIARA BILHALVA CORRÊA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – tatiporto_pel@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – licianeoliveira2008@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – maiaramoraes_@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – giuliaverruck@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br

⁶Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade de consumo em que vivemos, a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) atingiu números nunca alcançados anteriormente. No ano de 2016, verificou-se uma geração de 78,3 milhões de toneladas no Brasil, entretanto houve uma pequena diminuição de 2% do total gerado em relação ao ano anterior (ABRELPE, 2016).

Por esse motivo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída para regulamentar, dentre outros aspectos importantes, a disposição adequada dos resíduos, no qual inclui a redução, reutilização, reciclagem, compostagem e tratamento (BRASIL, 2010). A adoção de programas de coleta seletiva teve um aumento de 120% entre os anos de 2000 e 2008, no entanto, embora expressivo, não ultrapassava 18% dos municípios brasileiros (BRASIL, 2012). Atualmente, os números de cidades com algum programa de coleta seletiva já está 69,6% (ABRELPE, 2016), tendo um aumento considerável ao longo desses oito anos.

Sendo assim, as cooperativas têm papel fundamental no gerenciamento dos resíduos sólidos atualmente. No entanto, a reciclagem no Brasil está passando por um momento de crescimento, seja pela procura por uma renda alternativa, consequência do desemprego, seja pela exaustão dos meios naturais ou pela consciência ambiental da sociedade (MOREIRA, 2012).

Ademais, as cooperativas de reciclagem contribuem para a economia local, gerando ou incrementando a renda de muitas famílias. Essas instituições oferecem meios de amenizar as dificuldades socioambientais, além designar probabilidades melhores de qualidade de vida para pessoas em busca de ocupações de trabalho (MOREIRA, 2012).

Com base nessa temática, questionou-se, quais as condições de trabalho na cooperativa de reciclagem Coopiratini Reciclagem Solidária?

A cooperativa foi fundada no dia quatro de junho de 2012, cujo princípio é baseado na Economia Solidária, na qual pratica a autogestão e a democracia no gerenciamento (SANTOS et al., 2003). Ainda, surgiu com a finalidade de gerar renda e trabalho às cooperadas, assim como a diminuição dos custos com a destinação final dos resíduos. No momento atual, a cooperativa possui sete cooperadas, sendo uma dela a presidente e outra responsável pela tesouraria.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar as condições de trabalho na cooperativa Coopiratini Reciclagem Solidária, situada no município de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul. Quanto aos objetivos específicos pretende-se:

verificar a estrutura da cooperativa os equipamentos para a realização das atividades; identificar como é efetuada a coleta de resíduos; conhecer a existência de parcerias; identificar o conhecimento quanto à PNRS; examinar a quantidade de resíduos coletados; averiguar a venda dos materiais e compreender a divisão do trabalho e renda das cooperadas e da cooperativa.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Cooperativa de Catadores Coopiratini Reciclagem Solidária, localizada na cidade de Piratini, Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2018. Foram realizados diagnósticos através do método observação direta, de formulários e entrevistas com os integrantes da Cooperativa.

A entrevista do tipo não-estruturada, que possibilitou uma exploração mais ampla da questão pesquisada (MARCONI; LAKATOS, 2003). Foram abordados aspectos da estrutura, da coleta de resíduos, parcerias, quantidade de resíduos coletados, venda dos materiais, divisão do trabalho e renda das cooperadas e da cooperativa.

Os dados foram sistematizados e, após, analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município em estudo não possui um programa de coleta seletiva, o que acarreta a não segregação e reciclagem inadequada por parte da população. Além disso, dificulta o serviço da Coopiratini Reciclagem Solidária quanto à coleta dos materiais recicláveis, já que o resíduo orgânico chega, muitas vezes, misturado ao resíduo reciclável.

Com base na entrevista realizada, a estrutura da cooperativa em relação aos equipamentos adequados para a realização dos serviços diários é precário. As cooperadas contam, atualmente, com uma prensa, um elevador, esteira, balança manual, empilhadeira e caminhão. Esses equipamentos estão acondicionados em um galpão, de tamanho satisfatório para as atividades. A esteira, a empilhadeira e o caminhão, no momento da entrevista, estavam danificados e impossibilitados de uso. De acordo com a afirmação da cooperada presidente, sem esses equipamentos, o serviço é contemplado parcialmente, visto que, sem o caminhão, elas não conseguem recolher os resíduos. Uma maior demanda de investimentos para a melhoria da gestão da cooperativa fortaleceria o elo fundamental da cadeia de recicláveis e consequentemente, mais resíduos seriam encaminhados para a reciclagem, beneficiando o mercado e, possivelmente, a adesão da população (BISPO et al., 2017).

Nesse sentido a falta de educação ambiental por parte da população é uma grande problemática enfrentada hoje no município de Piratini. Para se executar um programa de gestão de resíduos sólidos, é fundamental a implantação da educação ambiental, formal e informal, em todos os níveis, iniciando, principalmente pelos gestores públicos, que devem ser sensíveis às questões ambientais, buscando ações para a participação de toda a população na gestão dos resíduos sólidos (VIEIRA; ECHEVERRÍA, 2007). Essa medida faz com que todos os segmentos da população se envolvam ativamente na reciclagem, nas questões ambientais e sociais ligadas ao ato de segregação do resíduo.

Quanto à divisão do trabalho a cooperativa possui sete cooperadas, sendo uma delas a presidente e outra responsável pela tesouraria. Quanto às outras atividades,

referentes à coleta, manuseio do maquinário e manutenção do local de trabalho, não existe divisão de tarefas e, sim, um rodízio de serviços, ou seja, todas participam em todos os processos, distribuídos entre elas durante a semana. Quanto à coleta, elas fazem rodízio de duas pessoas por dia, sendo o material coletado todos os dias pela manhã e o motorista é cedido pela Prefeitura Municipal.

Quanto à aquisição de resíduos, além da coleta nos *containers* de resíduos recicláveis (disponibilizados pela Prefeitura Municipal, apesar de não existir coleta seletiva), a cooperativa dispõe de parcerias informais com estabelecimentos comerciais e algumas secretarias municipais, nos quais entregam voluntariamente seus resíduos gerados. Essas parcerias contribuem na gestão pública dos resíduos, tornando-a mais eficiente; também auxiliam na aplicabilidade da PNRS, por meio do desenvolvimento de cooperativas de catadores de recicláveis, pela ação do poder público e com o apoio de instituições privadas e da população (BISPO et al., 2017).

De acordo com o informado na entrevista, a estimativa da quantidade de resíduo coletado é de três toneladas por mês, é considerada uma quantidade muito baixa para a geração de renda das cooperadas, que, atualmente, fica em torno de duzentos a seiscentos reais mensais, dependendo do material vendido. Ainda, a cooperativa recebe um valor de cinco mil reais mensais, da Prefeitura Municipal. No entanto, no momento da entrevista, a instituição estava a seis meses sem o repasse, o que acarretou em atraso das contas da cooperativa, inclusive referentes ao seguro social das cooperadas. Percebe-se que essas trabalhadoras são verdadeiras sobreviventes, visto que a renda atribuída a cada uma delas é insuficiente para a subsistência e necessidades básicas. Além disso, essa problemática decorre da união de uma soma de fatores como o déficit organizacional da cooperativa, falta de infraestrutura e o relacionamento com a administração pública (BISPO et al., 2017).

Por fim, quanto à venda dos materiais, as cooperadas estão conseguindo comercializar todos os resíduos coletados, no entanto, para a cooperativa não ter o gasto com o transporte até a empresa compradora, a instituição deve juntar 30 fardos de resíduos, para a empresa compradora fazer recolhimento e compra. Ainda, as cooperadas não recolhem o vidro, pois, segundo elas, não existe a comercialização, o que acarreta a junção desse resíduo com o rejeito.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa apontou que uma das maiores problemáticas enfrentadas pela a cooperativa é a falta de implementação de um programa de coleta seletiva por parte da administração pública. A PNRS determina que todos os municípios deveriam ter seus programas de coleta seletiva implantados até 2014, no entanto, muitos ainda não conseguiram efetuar tais mudanças.

Por outro lado, a falta de educação e consciência ambiental ainda é um limitante para que os materiais recicláveis tenha o destino adequado. Ainda, a falta de investimentos e formulação de projetos que captem recursos para a cooperativa são muito pouco desenvolvidos.

Sendo assim, para que a cooperativa efetue seus serviços de forma adequada, buscando atender as questões socioambientais e proporcionando renda para as suas cooperadas, se faz necessário desenvolver o tripé da sustentabilidade, integrando gestão pública, iniciativa privada e população em geral, desenvolvendo programas visando a educação ambiental e a coleta seletiva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELPE. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2016. 2016. Acessado em 22 de ago. 2018. Disponível em <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>.

BISPO, C.; COLOMBO, C.; BRAZ, R.; MEDEIROS, M.; SOUZA, F. Coleta seletiva em Natal/RN: cenário das cooperativas de materiais recicláveis. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 141-160, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui A Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Acessado em 26 de ago. de 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Brasília, ago. 2012. Acessado em 26 de ago. 2018. Disponível em http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003. 5^a Ed.

MOREIRA, R.S. Análise Situacional de Cooperativas Sociais: O Caso da Cooperativa dos Amigos, Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos. **Revista de Administração de Roraima**, Boa Vista, v.2, n. 2, p. 114-135, 2012.

SANTOS, E.; MARIANO, J.; PASSANEZI, P. (roteiro). Entrevista com Paul Singer. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 2, p. 3-5, 2003.

VIEIRA, J. E. G.; ECHEVERRÍA, A.R. A administração pública e a educação ambiental no Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: uma reflexão de uma experiência local. **Caderno EBAPE.BR**, v.5, n.1, 1-15, 2007.